Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre Demonstrações financeiras em

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive
 as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e
 os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/Q-5

Mauricio Colombari

Contador CRC 1SP195838/O-3



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

	Nota		
	explicativa	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	212.456	54.358
Contas a receber	5	34.047	-
Contas a receber - Partes Relacionadas	6	970	3.534
Estoques	-	416	-
Impostos a recuperar	7	1.133	115
Despesas antecipadas		1.921	2.741
Outros ativos		2.295	936
Total do ativo circulante	-	253.238	61.684
Não Circulante			
Impostos a recuperar	7	46.123	1.155
Despesas antecipadas		-	557
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.571	5.360
Imobilizado	8	4.768	804
Intangível	9	906.800	343.589
Total do ativo não circulante	-	959.262	351.465
Total do ativo	-	1.212.500	413.149

	Nota		
	explicativa	2018	2017
Passivo			
Circulante		100 520	4.000
Fornecedores	10	108.530	4.889
Salários, encargos sociais e benefícios	11	11.296	3.337
Impostos a recolher	8	16.196	875
Empréstimos e financiamentos	12	356.238	-
Compromissos com o poder concedente	13	13.510	-
Outros passivos	14	2.734	
Total do passivo circulante		508.504	9.101
Não circulante			
Seguros a pagar		-	3.515
Compromissos com o poder concedente	13	38.897	39.570
Total do passivo não circulante		38.897	43.085
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	601.370	371.369
Reserva legal		3.186	-
Reserva especial		15.136	-
Reserva de lucros		45.407	-
Prejuízos acumulados		-	(10.406)
Total do patrimônio líquido		665.099	360.963
Total do passivo e patrimônio líquido		1.212.500	413.149

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota		
	explicativa	2018	2017
Descita límitido do comitos o cocoão do comos		225.77.0	
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		235.768	-
Receita de construção		472.041	=
Receita operacional líquida	16	707.809	-
Custo dos serviços prestados	17	(110.535)	_
Custo de construção	17	(461.185)	-
Lucas bauta		136.089	
Lucro bruto		136.089	-
Despesas gerais e administrativas	18	(24.356)	(14.357)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		111.733	(14.357)
Receitas financeiras	19	10.168	1.602
Despesas financeiras	19	(9.790)	(3.011)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e da contribuição social		112.111	(15.766)
Imposto de renda e contribuição social	7	(37.977)	5.360
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		74.134	(10.406)
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações		0,10	(0,01)

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) do período	74.134	(10.406)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do período	74.134	(10.406)

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

	Total	1	1	371.369	(10.406)	360.963	230.001	74.134	ı	ı	1	662.099
	Lucros/Prejuízos Acumulados	•	1	1	(10.406)	(10.406)	1	74.134	(3.186)	(15.136)	(45.407)	
Reserva de Lucros	Retenção de Lucros	1	ı	ı	1	•	ı	•	ı	1	45.407	45.407
Re	Reserva Especial	1	1	1	'		1	•	ı	15.136	1	15.136
	Reserva Legal	ı	ı	1	1	•	1	•	3.186		1	3.186
Capital social	A Integralizar	•	(763.500)	371.369	'	(392.131)	230.001	•	1	ı	•	(162.130)
	Subscrito	ı	763.500	ı	,	763.500	•	•	•		ı	763.500
-	-	Saldo Inicial	Subscrição de Capital	Integralização de Capital	Prejuízo do Período	Saldos em 31.12.2017	Integralização de Capital	Lucro Líquido do Exercício	Constituição de Reserva Legal	Dividendo Mínimo (Nota 15)	Lucros Retidos (Nota 15)	Saldos em 31.12.2018

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do período		74.134	(10.406)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido aos fluxos de caixa			
Provisão (reversão) para riscos de crédito	5	2.729	-
Depreciações e amortizações	8;9	8.978	13
AVP/IPCA - Contribuição Fixa Outorga	13	4.041	1.470
Margem de Construção	9	(10.857)	-
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	12	6.238	(F.0.(0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7 -	3.789 89.052	(5.360)
Redução (aumento) nos ativos operacionais		(0 (77 ()	
Contas a receber	5	(36.776)	(0.50.1)
Contas a receber - partes relacionadas	6	2.564	(3.534)
Estoques	7	(416)	(1.070)
Impostos a recuperar	7	(45.986)	(1.270)
Despesas antecipadas		1.377	(3.298)
Outros ativos		(1.359)	(936)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	4.0		
Fornecedores	10	103.641	4.889
Salários, encargos sociais e benefícios	_	7.959	4.212
Tributos a recolher	7	15.321	
Seguros a pagar	4.0	(3.515)	3.515
Compromissos com o poder concedente	13	13.510	-
Outros passivos	-	2.734 59.054	3.578
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	148.106	(10.705)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	8;9	(570.009)	(14.485)
Direito de concessão (Outorga)	9 -	<u> </u>	(291.821)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(570.009)	(306.306)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos bancários	12	350.000	-
Aumento de capital social	15 -	230.001	371.369
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		580.001	371.369
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	-	158.098	54.358
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	54.358	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		212.456	54.358

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

	2018	2017
RECEITAS	(070,004)	_
Prestação de Serviços	(278.321) (270.193)	_
Outras Receitas	(10.857)	_
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.729	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	96.305	9.296
(Inclui os valores dos impostos - PIS e COFINS)		
Custo dos Serviços Prestados	13.510	-
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	78.690	9.296
Perda/Recuperação de Valores Ativos	65	-
Outras	4.041	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	(182.016)	9.296
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	8.979	13
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(173.037)	9.309
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(10.667)	(1.602)
Receitas Financeiras	(10.663)	(1.601)
Ganho Variação Cambial	(3)	(1)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(183.702)	7.707
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	183.702	(7.707)
Pessoal	22.827	3.349
Remuneração Direta	16.275	1.516
Benefícios	4.549	1.568
F.G.T.S. (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	2.002	265
Impostos, Taxas e Contribuições	79.833	(2.527)
Federais	70.243	(2.600)
Estaduais	38	-
Municipais	9.552	73
Remuneração de Capitais de Terceiros	6.909	1.877
	6.126	1.478
Despesas Financeiras		
Aluguéis Pagos	681	398
·		398 1
Aluguéis Pagos	681	

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

1. Informações Gerais

A Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre ("Fraport Brasil - Porto Alegre" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, umas das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil foi constituída no início de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de exploração, ampliação e manutenção do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A sede está localizada na Av. Severo Dullius, 90010, Porto Alegre — RS.

Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, a Fraport Brasil — Porto Alegre e a Fraport Brasil — Fortaleza foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional da Aviação Civil — ANAC.

A concessão do Aeroporto de Porto Alegre, se dará no prazo de 25 anos com data de eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em três fases:

FASE I-A — fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017. (Concluído em 02/04/2018)

FASE I–B – fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço; (Início 29/08/2017 e término em 29/10/2019)

FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária). (Início em 30/10/2019)

Em 02 de janeiro de 2018 a Fraport Brasil — Porto Alegre assumiu a efetiva operação no Aeroporto de Porto Alegre. Ainda em janeiro o Consórcio formado pelas empresas HTB, Tedesco e Barbosa Mello foi contratado para realização das obras civis de ampliação do aeroporto nos termos do contrato de concessão. A obra teve início em março de 2018 e ao final do ano alcançou 39,9% de avanço do projeto estando dentro do planejado.

Em 19 de Setembro de 2018, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Este empréstimo ponte é relativo as obras de ampliação e melhoria, conforme previsto no contrato de concessão. O valor de R\$ 350.000 tem vencimento em 14 de setembro de 2019, entretanto, o mesmo deverá ser quitado antecipadamente no momento da liberação do empréstimo de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já em negociação pela Companhia.

A Fraport Brasil – Porto Alegre tem como obrigação estabelecidas no Contrato de Concessão, o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação e melhorias do Aeroporto de Porto Alegre.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 01 de março de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela Companhia pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia adotou as classificações dos ativos e passivos financeiros conforme requerido pela norma e não identificou impactos ao que se refere à mensuração.
- IFRS 15/CPC 47 "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 "Contratos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A alteração não trouxe impactos significativos para a Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todas as diferenças, referente a ganhos e perdas cambiais, são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recebíveis.

2.5.1 Classificação

A partir de 1° de janeiro de 2018, com a adoção do CPC 48, os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

a) Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

11

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Contas a receber de clientes
- Partes relacionadas
- Outros ativos

Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas serão registrados no resultado.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Mensuração

Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Custo amortizado — os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.4 Impairment

A partir de 1° de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, levando em consideração o risco por cliente e independente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Companhia não realiza a venda de produtos e o estoque é utilizado apenas como materiais de consumo.

2.8 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação.

Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

2.10 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão serão classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível, sendo a maior parte do valor registrada atualmente no intangível em andamento.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens.

2.12 Intangível

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

14

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

a) Direito de Concessão (outorga)

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura teve início em 2018, no mesmo momento em que a Companhia assumiu a operação do aeroporto e começou a usufruir os benefícios econômicos. A amortização é realizada com base na curva de passageiros estimada conforme previsto no OCPC 05 - Contratos de concessão.

b) Infraestrutura da Concessão

A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) — Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada.

Os investimentos relacionados a Infraestrutura estão sendo registrados em intangível em andamento e conforme a conclusão da obra os valores são transferidos para a rubrica de Infraestrutura.

A amortização desta parcela do intangível inicia a medida que a Infraestrutura é disponibilizada para uso, conforme curva de passageiros estimada e ocorre até o final do contrato de concessão.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

2.14 Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao

custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do

custo do correspondente ativo. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que

são incorridos.

2.15 Compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a

Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa

está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo não circulante, descontados

a valor presente e corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) conforme previsão

contratual e deverá ser paga anualmente com início em agosto de 2023 e seu término será no último ano do contrato

de concessão.

A contribuição variável corresponde a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e será paga

anualmente no mês de maio subsequente ao ano de apuração.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações legais ou constituídas como resultado de um evento passado, em que

seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A companhia não identificou durante os anos de 2017 e 2018 obrigações que atendam os requisitos de provisão.

Não foi constituída provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no

contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada.

2.17 Outros Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes

encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo

decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há

efeito relevante.

2.18 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica,

odontológica, seguro de vida, dentre outros.

16

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

2.19 Distribuição de dividendos

Conforme estatuto da Companhia o dividendo mínimo obrigatório é 25% do lucro líquido após absorção de prejuízo e constituição de reserva legal conforme Lei 6.404/76

Conforme Lei 6.404/76 as companhias fechadas podem ainda deliberar por distribuir valor inferior ao mínimo obrigatório ou realizar a retenção de todo o lucro líquido. É permitida a criação de reserva especial para estes casos.

2.20 Reconhecimento da Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, adotou adicionar aos custos de construção 2,3% a título de margem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

2.21 Normas e interpretações novas e revisadas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 10 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Amortização do intangível

Conforme item 2.12, a amortização das rubricas "Direito de concessão (Outorga)" e "Infraestrutura da Concessão", o cálculo da amortização é realizado conforme o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva de demanda. No período de janeiro a dezembro de 2018, a taxa média utilizada foi de 2,27% que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão.

3.2 Taxa de desconto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia revisou a taxa de desconto utilizada para o ajuste a valor presente (AVP), visando atualizá-la aos juros aplicáveis às especificidades da concessão, considerando as particularidades do contrato e o mercado local.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

3.3 Apuração de tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, conforme nota explicativa nº 7. A Administração utilizou o orçamento para os próximos exercícios como base para estudo técnico e registro desse ativo.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	2018	2017
Caixa e conta corrente	124	1.683
Aplicações financeiras	212.332	52.675
Total	212.456	54.358

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 94% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

5. Contas a Receber

	2018	2017
Contas a receber de clientes	36.776	-
(-) Provisão para risco de crédito	(2.729)	
Total	34.047	

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 2.729, levando em consideração o risco por cliente.

Movimentação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

	2018	2017
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	2.757	-
Reversões	(28)	
Saldo no fim do período	2.729	-

6. Partes relacionadas

Contas a Receber	2018	2017
Fraport - Aeroporto de Fortaleza	970	3.534
The state of the s	970	3.534

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

O Contas a Receber se refere ao repasse de custos compartilhados de salários e viagens. No resultado, a contrapartida está sendo registrada como redutora de despesa na rubrica de despesas administrativas.

7. Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a Recuperar

As apropriações das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar são decorrentes das aquisições do ativo intangível, e os créditos serão usufruídos de acordo com a respectiva amortização.

Circulante	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.089	-
Outros Tributos a recuperar	44	115
Total	1.133	115
Não circulante		
PIS e COFINS a recuperar	46.123	1.155
Total	46.123	1.155

b) Impostos a Recolher

Circulante	2018	2017
Tributos Retidos	5.031	839
Imposto sobre Serviços Terceiros	4.787	21
IR e CS	3.432	-
PIS e COFINS	1.918	-
Imposto sobre Serviços	1.003	-
Outros Impostos	25	15
Total	16.196	875

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

			2018	2017
	IR	CS	Total	Total
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	5.360
Diferenças temporárias:				
Provisão com Pessoal	1.747	629	2.376	-
AVP outorga	999	360	1.359	-
Margem de construção	(2.714)	(977)	(3.691)	-
Outras diferenças temporárias	1.123	404	1.527	-
Ativo não circulante	1.155	416	1.571	5.360

A Companhia projeta lucro tributável em 2019 suficiente para utilizar o imposto diferido.

Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo:

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	112.111	(15.766)
Alíquota aplicável	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(38.118)	5.360
Ajustes nos valores de imposto de renda e contribuição social apresentados nos exercícios		
Ajustes Permanentes	141	
Imposto corrente Imposto diferido	(34.188) (3.789)	5.360

8. Imobilizado

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos de Informática	Total
Saldo inicial Aquisição	17		-	800	817
Depreciação Saldo em 31.12.2017	17			(13) 787	(13) 804
Aquisição Depreciação	770 (43)	728 (2)	1.412 (112)	1.401 (190)	4.311 (347)
Saldo em 31.12.2018	744	726	1.300	1.998	4.768
Taxa anual de depreciação	10%	20%	20%	20%	

Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

9. Intangível

	Infraestrutura	6						
	Em Andamento	Em Operação	Outorga Concessão	Custos s/ Empréstimos	Margem de Construção	Software	Adiant. a Fornecedores	Total
Saldo inicial	•	•	•	•	•	•	•	•
Aquisição	12.008	'	329.921			1.660		343.589
Amortização	•	1	•	•	1	1	•	•
Saldo em 31.12.2017	12.008	•	329.921	1		1.660	1	343.589
Aguisicão	415.968	6.103	1	986.9	10.857	1.724	134.917	576.555
Transferências	41.373		1	ı	1	3.547	(44.920)	ı
AVP Outorga	ı	•	(4.713)	ı	1	•	ı	(4.713)
Amortizacão	ı	(162)	(7.378)	ı	1	(1.091)	ı	(8.631)
Saldo em 31.12.2018	469.349	5.941	317.830	986.9	10.857	5.840	89.997	008.906
								ï

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

- a) Intangível em andamento Representa o investimento realizado nas obras de melhorias e ampliação do aeroporto.
- b) Outorga Fixa Pelo direito da exploração do Aeroporto de Porto Alegre, a Companhia desembolsou em 28 de julho de 2017, o valor de R\$ 291.821. A Companhia também se comprometeu a pagar em parcelas anuais, a partir de agosto de 2023, o valor total de R\$ 91.537. Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida a valor presente. O índice de atualização monetária é o IPCA. Foi utilizado o IPCA projetado de acordo com o histórico de metas de inflação para o Brasil, conforme vencimento das parcelas. A taxa de desconto estimada para ajuste a valor presente é de 11,65% (10,66% em 2017). A alteração da taxa de desconto representa o valor de R\$ 4.713 em 2018 demonstrado na linha "AVP Outorga".

A amortização teve início em janeiro de 2018 quando a Companhia iniciou a operar o aeroporto e iniciou a usufruir dos benefícios econômicos. É utilizada a curva de demanda estimada de passageiros como método de amortização.

2018	2017
291.821	291.821
91.537	91.537
108.043	108.043
(166.193)	(161.480)
33.387	38.100
325.208	329.921
	291.821 91.537 108.043 (166.193) 33.387

- c) Software A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.
- d) Margem de Construção- representa 2,3% aplicado sobre a receita de construção reconhecida conforme OCPC 05 Contratos de concessão.
- e) Custos de Empréstimos São contemplados pelos juros e demais custos de empréstimo diretamente atribuíveis as obras de melhoria e ampliação da infraestrutura do aeroporto conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

10. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores nacionais - obras	84.788	1.497
Fornecedores nacionais - gerais	23.014	3.392
Fornecedores Internacionais	728	
Total	108.530	4.889

11. Salários, Encargos Sociais e Benefícios

	2018	2017
Salários a Pagar	1.319	1.337
Provisão de Férias	2.997	297
Provisões com Pessoal	6.974	1.072
Encargos Sociais a pagar	-	625
Outros	6	6
Total	11.296	3.337

12. Empréstimos e Financiamentos

Em 19 de Setembro de 2018, a Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.. O financiamento é contemplado por 7 notas promissórias comerciais, no valor de R\$ 50.000 cada, totalizando R\$ 350.000. Este empréstimo ponte é relativo à construção de um novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, conforme previsto no contrato de concessão. O vencimento está previsto em 14 de setembro de 2019 ou será pago antecipadamente, no momento da liberação do empréstimo de longo prazo já em negociação com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

a) Composição da dívida

Banco	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)
CLINALTONAO	10 /00 /2010	350,000	14/00/2010	CDL 0.250/ (1)
SUMITOMO	19/09/2018	350.000	14/09/2019	CDI + 0,25% (spread)

b) Movimento da dívida

Saldo Inicial 19/09/2018	Juros Incorridos	Saldo Final 31/12/2018
350.000	6.238	356.238

Não houve garantias apresentadas ao empréstimo ponte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

Os juros do contrato de empréstimo foram capitalizados em função dos investimentos no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2018 o montante capitalizado referente aos juros foi de R\$ 1.796. Outros custos diretamente relacionados ao empréstimo também foram capitalizados conforme CPC 20 — Custos de Empréstimos.

13. Compromissos com o poder concedente

A obrigação de compromissos com o poder concedente refere-se a uma contribuição fixa e variável.

A contribuição variável representa 5 % da receita bruta total da Companhia paga anualmente no mês de maio do ano subsequente, por esta razão encontra-se registrada no passivo circulante da Companhia. O registro iniciou em 2018, quando a Companhia iniciou a operar o aeroporto.

A contribuição fixa está reconhecida no passivo não circulante conforme estabelecido no contrato de concessão. Os pagamentos ocorrerão anualmente com início em agosto de 2023 e término no último ano do contrato de concessão. Este valor está apresentado a valor presente e é corrigido monetariamente com base no IPCA compreendido no período. Durante o ano de 2018 houve a alteração da estimativa da taxa de desconto de 10,66% para 11,65%, o que representou uma redução no valor presente da Contribuição fixa da outorga.

	2018	2017
Circulante		
Contribuição Variável	13.510	-
Não circulante		
Valor Nominal	91.537	91.537
Inflação (IPCA)	107.914	107.176
Ajuste a valor presente	(160.554)	(159.143)
Contribuição Fixa - Outorga	38.897	39.570

14. Outros Passivos

	2018	2017
Repasse FNAC (a)	2.519	
Repasse PAN/PAT (b)	41	-
Adiantamento de Clientes	174	
Total	2.734	

- a) FNAC Fundo Nacional de Aviação Civil. corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999.
- PAN/PAT fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de trafego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é representado por 763.499.932 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 100% das ações detidas pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide.

	2018	2017
Capital a integralizar	162.130	392.131
Capital integralizado	601.370	371.369
Capital Subscrito	763.500	763.500

b) Reserva Legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 26, item a do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, destinado a assegurar a integridade do capital.

c) Reserva especial

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, entretanto, por se tratar de companhia fechada, a Fraport, com base no art. 202, § 3°, II da Lei 6.404/76, optou em utilizar o valor de R\$15.136 para constituir reserva especial devido aos investimentos para expansão previstos no contrato de concessão.

d) Retenção de Lucros

Também em razão dos investimentos para expansão previstos no contrato de concessão, a Companhia realizou a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 45.407, conforme o art. 196 da Lei 6.404/76.

16. Receita Operacional Líquida

	2018	2017
Receita bruta – Tarifária	158.961	
Receita bruta – Não Tarifária	111.233	-
Impostos sobre receitas	(34.426)	-
Receita operacional líquida	235.768	-
Receita de construção	472.041	-
Custo de construção	(461.185)	-
Margem de construção	10.856	

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

A Companhia não registrou receita em 2017 pois assumiu a operação do aeroporto em 02 de janeiro de 2018.

17. Custos dos Serviços Prestados

	2018	2017
Serviços de terceiros	(41.688)	-
Pessoal	(18.694)	-
Conservação e Manutenção	(16.801)	-
Outorga variável	(13.510)	-
Amortização e depreciação	(8.981)	-
Energia Elétrica	(8.971)	-
Água	(1.280)	-
Outros	(610)	
Custo dos serviços prestados	(110.535)	-
Custo de construção	(461.185)	-
Total	(571.720)	-

18. Despesas por Natureza

	2018	2017
Pessoal	(13.595)	(4.342)
Gerais e Administrativos	(5.707)	(223)
Seguros	(3.405)	(1.175)
Serviços de terceiros	(1.500)	(7.590)
Impostos e taxas	(85)	(101)
Outros	(64)	(749)
Total	(24.356)	(14.180)

19. Resultado Financeiro

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Juros ativos e Descontos Obtidos	521	-
Juros sobre aplicações financeiras	9.647	1.601
Outras receitas financeiras	-	1
Total	10.168	1.602

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos	(4.517)	-
AVP / IPCA Outorga	(4.041)	(1.470)
IOF	(899)	-
Despesas bancárias	(136)	(1.531)
Variação Cambial	(99)	-
Juros passivos	(68)	(9)
Outras Despesas Financeiras	(30)	(1)
Total	(9.790)	(3.011)
Resultado Financeiro	378	(1.409)

20. Plano de Pensão

Em 2018 foi implementada a contribuição para Fundo de Pensão de Previdência Privada em formato opcional para seus funcionários com base em plano contratual de contribuição definida. Uma vez que estas contribuições são pagas, a Companhia não tem outras obrigações com os participantes do plano. As contribuições constituem despesas quando os serviços que concedem direitos a estes pagamentos são prestados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estas despesas representaram R\$ 859 e foram registradas no resultado na rubrica "Despesas com pessoal". Em 2017 a Companhia ainda não havia contratado o plano de previdência.

21. Provisões Tributárias, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, não identificou a necessidade de nenhum tipo de provisão para contingências com probabilidade de perda "provável".

A Companhia possui somente ações judiciais cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco "possível", no montante de R\$ 3.052, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

22. Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco com taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de mercado e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

Risco de mercado

Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

	2018	2017
Dívida (a) Caixa, saldos de bancos e aplicações financeiras (b)	356.238 (212.456)	- (54.358)
Dívida líquida Patrimônio líquido (c)	143.782 649.963	(54.358) 360.963
Índice de endividamento líquido	0,22	(0,15)

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº.12.
- (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros.

Ativos Financeiros ao custo amortizado	2018
Contas a Receber	34.047
Partes Relacionadas	970
Outros Ativos	2.295
Passivos Financeiros ao custo amortizado	2018
Fornecedores	108.530
Salários, Encargos Sociais	11.296
Empréstimos e Financiamentos	356.238
Compromissos com o poder concedente	52.407
Outros Passivos	2.734

Gestão de risco de Crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e contas a receber em aberto. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento.

As perdas de contas a receber foram registradas. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

Gestão do risco de taxa de juros

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obteve empréstimo com taxas de juros prefixadas.

Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI e em patamares significativos em relação aos passivos financeiros, também atreladas ao CDI e parte em taxas de juros prefixadas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui operações relevantes em moeda estrangeira, portanto não está exposta a incorrer em perdas ou ganhos por causa das flutuações nas taxas de câmbio.

Gestão do risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

23. Seguros

Cobertura	Vigência	Prêmio de Seguro
Risco Engenharia	Ago/2018 - Dez/2023	4.036
Garantia de Comprimento de Contrato de Concessão com a ANAC	Jul/2017 - Jul/2019	1.229
Reparação de danos materiais e corporais a terceiros	Ago/2018 - Ago/2019	1.175
Terrorismo	Ago/2017 - Jan/2019	1.010
Transporte	Ago/2018 - Dez/2021	764
Propriedade	Ago/2018 - Dez/2018	310
Cobertura Frota	Ago/2018 - Ago/2019	229
Responsabilidade Civil aos Administradores e Diretores	Jun/2018 - Jun/2019	194
Equipamentos	Ago/2018 - Ago/2019	37

* * *